

Diário da Assembléia

N.º 2.441

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 1970

ANO II

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

LISTA DE PRESEÇA

FRANCISCO ESCORSIN
ARTHUR DE SOUZA
DAVID FEDERMANN
GABRIEL MANOEL
HAROLDO BIANCHI
OLÍVIO BELICH
LEOPOLDO JACOMEL
ABRAHÃO MIGUEL
AGNALDO PEREIRA LIMA
ALENCAR FURTADO
AMADEU PUPPI
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR
ARMANDO QUEIROZ
ARNALDO BUSATO
EMÍLIO CARAZZAI
ERONDY SILVERIO
EURICO ROSAS
FABIANO BRAGA CORTES
FUAD NACLI
IGO LOSSO
IVO TOMAZONI
JOÃO MANSUR
JORGE SATO
LUIZ CRUZ
LUIZ MALUCELLI
NELSON BUFFARA
OLAVO FERREIRA
OLIVIR GABARDO
OVIDIO FRANZONI
PAULO CAMARGO
PAULO POLI
PINTO DIAS
ROBERTO GALVANI
ROBERTO WYPYCH
SEME SCAFF
SÍLVIO BARROS
TÚLIO VARGAS
WILSON FORTES

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin
1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza, 2.º Vice-Presidente: David Federmann, 3.º Secretário: Gabriel Manoel, 2.º Secretário: Haroldo Bianchi, 3.º Secretário: Olívio Belich, 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Quairoz — Luiz Renato Malucelli — Túlio Vargas

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Cortes — Amadeu Puppi

M.D.B.: Olivir Gabardo — Sílvio Barros

Secretário: Maria Amélia Cesar Cercal de Oliveira

Reuniões: Quartas-feiras

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)

ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Losso — Amadeu Puppi

M.D.B.: Alencar Furtado

Secretário: Leão Guimarães Soto-Maior

Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)

ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Aginaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Sílvio Barros

Secretário: José do Carmo Filho

Reuniões: Condiçionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)

ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Malucelli — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aginaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Carmen Aparecida Fregonese

Reuniões: Condiçionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)

ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aginaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Igo Losso — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sextas-feiras

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Seme Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Jorge Sato — Túlio Vargas — Armando Quairoz — Fuad Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)

ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo

Suplentes:

ARENA: Emílio Carazzai — Igo Losso — Seme Scaff — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Loris Cordeiro de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Aginaldo Pereira Lima (ARENA)

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gusso

Reuniões: Condiçionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Igo Losso — Luiz Cruz — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel

Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Sílvio Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quinta-feiras

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aginaldo Pereira Lima (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Suplentes:

ARENA: Igo Losso — Olavo Ferreira — Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Salyro

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)

ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Malucelli — Igo Losso

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Malucelli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)

ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Cortes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

Reuniões: Condiçionadas à matéria de sua competência

DECRETO LEGISLATIVO N.º 189-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

dispensar a pedido, das funções adiante relacionadas, os seguintes funcionários, a partir de 31 de março de 1970:

Gabinete da 2ª. Secretaria

Oswaldo Alencar Furtado — Chefe do Gabinete
Sílvio Sebastiani — Assessor
Emílio Mauro Barbosa — Assessor
Clóvis Stadler de Souza — Assessor
Gilberto Dares — Oficial
Antonio Martins Anibelli — Oficial
Walter Cid Rodrigues e Silva — Auxiliar
Juracy José Sommariva — Auxiliar

Gabinete de Assistência Técnica

Reginaldo Rankin — Chefe da Divisão de Assistência Técnica Legislativa
Osiris de Brito — Chefe da Divisão de Pesquisa e Documentação

Departamento Administrativo — Divisão de Expediente

Delata de Almeida Cardoso, — Chefe da Divisão
Antonio Carlos Dantas — Chefe da Seção de Autografia
Neusa O. Molara — Chefe da Seção de Correspondência

Divisão de Patrimônio

Arnaldo Soichi Iwata — Chefe da Divisão
Amado Zonato — Chefe da Seção de Cadastro
Dulio Dias — Chefe da Seção de Almoxarifado
Almir O. Santos — Chefe da Seção de Compras
Nelson F. de Araújo Filho — Chefe da Seção de Conservação e Manutenção

Divisão do Protocolo

Ignê de Oliveira — Chefe da Divisão
Maria do Carmo de Oliveira — Chefe da Seção de Movimentação de Processos
Antonio Mansuchete — Chefe da Seção de Expedição

Divisão de Documentação

Jorge Mathias Junior — Chefe da Divisão
Celo Paraco — Chefe da Seção de Arquivo
Sergio Zacarias — Chefe da Seção de Documentação Histórica
José Claudio Luz — Chefe da Seção de Estatística

Divisão de Serviços Gerais

Antonio Alves Carneiro — Chefe da Divisão
Abel Frediano Marchiorato — Chefe de Administração Geral
Antonio Leandro — Chefe da Seção de Portaria
Jandir Nardin — Chefe da Seção de Limpeza e Conservação
Antonio Gulbino — Chefe da Seção de Telefonia
Luiz Carlos Liebski — Chefe da Seção de Atendimento do Plenário
Manoel de Oliveira — Chefe da Seção de Transmissões
Dorival Matoso de Oliveira — Chefe da Seção de Copa e Cozinha
Jonas Zampier — Chefe da Seção de Transportes
Edu Liberti — Auxiliar do Gabinete

Serviços Autônomos — Biblioteca

Almadir Caron — Chefe de Serviço
Assistência Judiciária

Tufi Maron Filho — Chefe de Serviço

Falácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manóel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

**Ata da 15.ª Sessão Ordinária
4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura
Realizada em 16 de Abril de 1970**

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Gabriel Manoel e Haroldo Bianchi.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belch, Leopoldo Jacomet, Arnaldo Pereira Lima, Amadeu Puppi, Antonio Lopes Junior, Armando Queiroz, Abrahão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carrazzi, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Euad Naell, Igo Lasso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Bufera, Olívio Ferreira, Olivir Gabardo, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Reme Seaff, Sílvio Barros, Túlio Vargas e Wilson Fortes (27).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

INDICAÇÃO:

Senhor Presidente:

O Deputado infra assinado, no uso de suas atribuições regimentais, tem a honra de indicar os deputados Olivir Gabardo e Sílvio Barros para comporem a Comissão Especial para elaboração da Lei Orgânica dos Municípios, representando o MDB.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1970.

(a) Olivir Gabardo

REQUERIMENTO:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Requerido que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do senhor João Euturi, de família desta Capital.

Requer, ainda, que se dê ciência da decisão do Plenário, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1970.

(a) Erondy Silvério

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 44/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Bituruna, a usina hidrelétrica localizada no rio Jararaca, naquela Município.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1970

(a) Antônio Lopes Júnior

JUSTIFICAÇÃO:

A usina acima citada, foi construída no Município de Bituruna, pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado, e depois de passar a prestar serviços à COPEL, está, hoje, em desuso, sujeita a depreciação, a cada dia que passa. Por outro lado, o Município de Bituruna tem necessidade absoluta daquela usina, para movimentação de inúmeras atividades em benefício da comunidade biturunense. Justo, portanto, que o Estado dê ao Município que necessita, o que não lhe fará falta.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra, ao Pequeno Expediente, ao sr. deputado Olívio Ferreira.

O SR. OLÍVIO FERREIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados. Lemnos, com muita atenção, o resultado da reunião de Sua Excelência o sr. Governador do Estado, com o seu Secretariado, publicando com detalhes no jornal "Gazeta do Povo".

Sr. Presidente, ficamos deveras satisfeitos, quando Sua Excelência afirma que a situação do Estado do Paraná é muito boa, principalmente no tocante ao setor financeiro: afirma também Sua Excelência, que o seu Governo conhece e vai terminar sem haver emitido nenhum título público, tendo ainda respeitado os emendos em governos anteriores.

Sr. Presidente, em sessões anteriores — com muita felicidade — o nobre Líder do Governo, deputado Erondy Silvério, contestou o deputado João Mansur, que afirmava, desta tribuna, que o sr. Governador iria deixar enormes dívidas para os futuros governos: Sua Excelência, o Ilustre Líder do Governo contestou, e o fez muito bem, afirmando que as importâncias aplicadas em obras de infraestrutura, não representavam dívidas, mas investimentos. Acreditamos, sr. Presidente, que por um lapso de S. Exa., o sr. Governador do Estado, que também deve ter se equivocado, pois os 360 milhões que diz que lhe foram destinados pelos governos anteriores, não representam dívidas, mas investimentos. Crendo, sr. Presidente e estando plenamente de acordo com a contestação do nobre Líder do Governo, deputado Erondy Silvério, às palavras do deputado João Mansur, é que afirmamos desta tribuna que as importâncias aplicadas em assalto, na Central do Paraná e em tantas outras obras realizadas por este Governo e que certamente ficarão para os futuros governos resgatarmos, não representam dívidas, mas investimentos.

Sr. Presidente, em vista desta afirmativa do sr. Governador do Estado, de que considera excelente a situação do Paraná no setor econômico é que apresento nesta oportunidade o seguinte requerimento como sugestão:

(Lê):

"Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, de acordo com as normas regimentais, requer a V. Exa. o envio ao exmo. sr. Governador do Estado, de sugestão nos seguintes termos:

- 1) — Considerando o sucesso obtido na reunião com o Secretariado, em data de ontem (15-4), na qual V. Exa. afirmou que a situação do Paraná é muito boa, principalmente no tocante ao setor financeiro;
- 2) — Considerando que grande parte deste sucesso dependeu do trabalho realizado com dedicação e eficiência pelo Funcionalismo Público Estadual;
- 3) — Considerando que os demais Estados da Federação e o próprio Governo Federal, pretendem retribuir este esforço do funcionalismo junto à administração, anunciando para o dia 1.º de maio vindouro, um aumento salarial que venha suprir as dificuldades financeiras decorrentes da inflação ainda existente no País;

Sugere:

Que Vossa Excelência envie a esta Casa de Leis, uma Mensagem propondo um aumento ao funcionalismo estadual, como reconhecimento à sua operosidade, a qual concorreu para a excelente situação financeira que desfrutou o Estado, cuja classe confia no alto espírito de justiça que norteia os atos de Vossa Excelência.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1970.

(a) Olívio Ferreira

(Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Lembre ao Ilustre Deputado que o seu tempo já está esgotado. Concedo a palavra ao segundo orador inscrito na Hora do Expediente, sr. Olivir Gabardo.

O SR. OLÍVIO GABARDO — Sr. Presidente e srs. Deputados. Assomamos à tribuna, para voltar a um assunto por nós debatido anteriormente, relativo à obrigação desta Casa, na elaboração da Lei Orgânica dos Municípios.

Queríamos, inicialmente, formular um apelo à liderança do Governo nesta Casa, deputado Erondy Silvério, que faça a indicação dos membros da ARENA, para comporem a referida Comissão. Pois como estamos atualmente no ano político, acreditamos que se não for esta Lei elaborada até junho ou julho, dificilmente esta Casa terá condições, no segundo semestre, de conduzir, a bom termo, os debates desta Lei que, inclusive, traz este documento tão desajeitado pelas comunas interioranas.

Motivo pelo qual é urgente a elaboração desta Lei e a sua rápida aprovação, que é indispensável e inclusive necessária ao bom andamento dos municípios paranaenses.

Faz-se necessário, também, formular um apelo às comunas interioranas que detêm uma notável experiência, um acervo acumulado de experiências no trato das coisas municipais, para que estes municípios encaminhem sugestões à Comissão Especial encarregada da elaboração do Ante-Projeto da Lei

Orgânica dos Municípios. Acreditamos que as sugestões possam ser encaminhadas pelas Câmaras Municipais, pelos Prefeitos Municipais, que não apenas possibilitariam que estes documentos saíam o mais perfeito possível e, sobretudo, que a Lei Orgânica, a exemplo do que já se fez na elaboração da Constituição Estadual, seja um instrumento realmente democrático. Isto é, venha ele impregnado de sugestões que partam realmente das entidades mais interessadas, no sentido de que seja uma Lei que atenda aos supremos interesses das nossas comunas interioranas. Fica aqui, pois, o nosso apelo, no sentido de que seja feita a indicação dos membros que irão compor a referida comissão, a fim de que, constituída esta Comissão, possam as comunas interioranas, os Prefeitos Municipais, os Vereadores, encaminharem sugestão em prazo prévio, a fim de que esta Lei possa ser debatida e aprovada no primeiro semestre deste ano; porque, do contrário, dificilmente poderemos alcançar o sucesso que almejamos, porque como os srs. sabem, dentro em breve os srs. Deputados estarão em campanha pelo interior do Estado.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Rêndy Silvério.

O SR. RÊNDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ouvimos, com muita atenção, as palavras do nobre deputado Olavo Ferreira e concordamos plenamente com o ponto de vista de S. Exa. Acharmos que Governo bom é aquele que realiza muito, embora transferindo aos sucessores o ônus do pagamento de alguma coisa daquilo que foi realizado em seu Governo. Porque nós também emendamos que governo rico é povo pobre. Não adianta a "burra do tesouro" estar abarrotada e o Estado não ter escolas, não ter estradas, energia elétrica, enfim, tudo aquilo que o povo precisa para alcançar o progresso de um Estado e de uma nação civilizada.

Concordamos, portanto, plenamente, com o nobre deputado Olavo Ferreira e achamos que o que o Governo Paulo Pimentel encontrou do seu antecessor foi dinheiro investido em obras de infra-estrutura. As dívidas que ele porventura encontrou e que pagou, como sabemos, foi dinheiro bem aplicado pelo Governo do sr. Ney Braga na construção de obras de infra-estrutura para a grande arrancada desenvolvimentista do Paraná. E o futuro sucessor de Paulo Pimentel, naturalmente encontrará também dívidas a pagar, dívidas não do confronto entre a receita e despesa, num simples confronto orçamentário, mas dívidas de investimento em obras de infra-estrutura. Nada demais. Isto é perfeitamente normal em todos os governos que bem cumprem a sua missão de governar. Todavia, nós vamos, perdê-nos o nobre colega, apesar do altruísmo da sua sugestão, mas perdê-nos o nobre colega deputado Olavo Ferreira, nós não vamos dar guarida ao seu requerimento. É talvez um fato desnudado nesta Casa negar o simples encaminhamento de uma sugestão mas vamos explicar porque. Porque, nobre deputado Olavo Ferreira, é um dos bons companheiros da bancada da ARENA e não seria justo que a própria bancada do Governo pressionasse o sr. Paulo Pimentel, nesta oportunidade, em conceder mais um aumento ao funcionalismo, quando sabemos bem que com o advento e a implantação do Estatuto do Magistério, as professoras tiveram um aumento substancial. Hoje são muito bem pagas, em confronto com as demais unidades da Federação Brasileira. As professoras do Paraná são regularmente pagas. E com a implantação da lei da reavaliação de cargos todo o funcionalismo, indistintamente, há poucos meses, há menos de 6 meses, também teve um aumento substancial nos seus vencimentos. A situação financeira do Tesouro do Estado é boa no que diz respeito ao equilíbrio orçamentário. Mas talvez sem o aumento de tributos, não suporte a sobrecarga com o aumento de vencimentos. É uma matéria complexa e delicada, demandando estudo profundo de técnicos que conheçam a matéria, porque não adianta aumentar o funcionalismo, atrasar os vencimentos dos mesmos. E lembra-se o povo do Paraná que o Governo Paulo Pimentel, desde os primeiros meses do seu Governo até a presente data, jamais atrasou o pagamento do funcionalismo.

Portanto, é preferível fazer um estudo antes de se dar um aumento, mas manter o vencimento do funcionalismo em dia. A sugestão do nobre deputado Olavo Ferreira é boa, é válida, mas eu gostaria em primeiro plano de conversar com o sr. Secretário da Fazenda, conversar com o sr. Secretário do Governo para que se faça um estudo técnico da matéria, para que o Governo, no não seja obrigado a arcar com este ônus que não comporta. Porque nós, embora entristecido, fazemos um apelo ao nobre deputado Olavo Ferreira, que retire o seu requerimento, que é bom, que é válido, e que oportunamente encaminharemos, através da própria bancada da ARENA, uma sugestão nesse sentido ao Sr. Governador, desde que as condições do Tesouro possam suportar novo aumento ao funcionalismo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao sr. deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Pretendia, quando ocupava a tribuna o ilustre deputado Olvír Gabardo, oferecer, em aparte, uma sugestão. Todavia, o nosso Regimento Interno não nos permite, no Pequeno Expediente, emitir sugestões, quando na tribuna esteja usando da palavra um senhor Deputado.

No entanto, na pretensão de colaborar com as sugestões emitidas pelo nobre deputado Olvír Gabardo, verificamos da agenda de visitas marcadas por esta Casa, uma designada para amanhã, às 16.00 horas da tarde e chefiada pelo sr. Prefeito Municipal de Ponta Grossa, que se fará acompanhar de inúmeros Prefeitos Municipais. Todos sabemos ser S. Exa., o Presidente da Associação Paranaense dos Municípios. Permitto-me, então, sugerir à Executiva desta Casa, que solicite do Presidente da Associação dos Prefeitos do Paraná, que envie solicitações aos senhores Presidentes das Associações Regionais dos Prefeitos da região oeste, sudoeste, norte, norte-pioneiro, centro sul e litoral para que as sugestões que visem o aprimoramento da Lei Orgânica dos Municípios sejam encaminhadas a esta Casa, à Comissão Especial, no mais curto espaço de tempo possível, com subsídios válidos para a organização deste documento importante para a disciplina da administração municipal do Estado do Paraná.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 37 srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Junior, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Trá à Comissão de Constituição e Justiça.

Indicação de autoria do sr. deputado Olvír Gabardo, constante do Expediente, indicando o seu próprio nome e o do deputado Sílvio Barros para

integrar a Comissão Especial para elaboração da Lei Orgânica dos Municípios, a Divisão das Comissões para as devidas indicações.

Passamos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme foi distribuído aos srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nr. 123-69, transferindo ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Apucarana a Porto Uba. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 123-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferida ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Apucarana a Porto Uba, no rio Ivaí, Município de Jardim Alegre.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 2 de fevereiro de 1970.

(aa) Ivo Tomazoni — Presidente.

Olvír Gabardo — Relator.

— 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 260-69, de autoria do deputado Ernesto Moro, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de NGR 25,00 (vinte e cinco cruzeiros novos), a Maria Serafina Fernandes, viúva de Leônicio Fernandes. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

— 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 103-69, de autoria do deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Fenix, uma Escola Normal Grau Colegial. — Pareceres favoráveis com SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., C.I.F. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 103-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial na sede do Município de Fenix, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 1969.

(a) Paulo Poli.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei nr. 103-69

1) — Objetiva o nobre deputado Paulo Poli, com o presente plano de Lei, autorizar a criação de uma Escola Normal, de Grau Colegial, na sede do Município de Fenix.

2) — O projeto está articulado nos moldes preconizados pelo Regimento Interno e trata-se de mera autorização.

3) — Dito projeto não apresenta óbice de ordem constitucional ou legal. Quanto a oportunidade nada a opor.

4) — Em face do exposto, somos pela aprovação da proposição em exame, obedecendo, todavia, o substitutivo anexo, para atender a melhor forma e técnica legislativa.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1969.

(aa) Emílio Carrazzi — Presidente.

Roberto Wypych — Relator.

Sílvio Barros

Dávia Federmann

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substituto Geral ao Projeto de Lei nr. 103-69

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal, de Grau Colegial, na sede do Município de Fenix, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1969.

(aa) Emílio Carrazzi — Presidente.

Roberto Wypych — Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei nr. 103-69

1) — Pretende o nobre deputado Paulo Poli, com a apresentação do presente projeto de Lei, autorizar o Poder Executivo a criar no Município de Fenix, uma Escola Normal, de Grau Colegial.

2) — Na douta Comissão de Constituição e Justiça foi oferecido substitutivo geral ao projeto, para atender a melhor forma e técnica legislativa, bem como recebeu parecer favorável.

3) — Oportuna a apresentação deste plano de lei, visto que o Município de Fenix, bem como os demais que lhe são limitrofos, não possuem estabelecimento de ensino de tal natureza, obrigando a população estudantil a recorrer, para atingir esse objetivo, ao Município de Campo Mourão.

4) — Em condições tais, somos pela aprovação do plano de Lei em exame.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1969.

(aa) Dávia Federmann — Presidente.

Olvír Gabardo — Relator.

Artur de Souza

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nr. 103-69

Objetiva o nobre deputado com a apresentação do presente plano de Lei, criar no Município de Fenix, uma Escola Normal de Grau Colegial.

Em se tratando de uma iniciativa de Lei meramente autorizatória, esta Comissão não encontra qualquer óbice de ordem financeira, e julga oportuna a matéria, em se tratando da criação de uma Escola.

Pelo exposto, opinamos pela sua aprovação.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 1 de fevereiro de 1970.

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente.

Roberto Galvani — Relator.

Ernesto Moro

Olvír Belfi

O SR. PRESIDENTE — Sobre a Mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. José Buturi. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. Olavo Ferreira, lido da tribuna, solicitando o envio de sugestão ao sr. Governador do Estado. — Em votação.

O SR. OLAVO FERREIRA — (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente e srs. Deputados:

Ouvi com muita atenção as ponderações muito sérias, apresentadas pelo nobre Líder do Governo. Mas, tive o cuidado e a cautela de apresentar o nosso requerimento como uma simples sugestão, porque sabemos perfeitamente que o Poder Legislativo não tem, pela Constituição, condições de conceder aumento ao funcionalismo, e nem fixar percentuais ao referido aumento.

O que nós desejamos é exatamente isso, o que o nobre Líder afirmou da tribuna. Com este requerimento nós fazemos um apelo a S. Exa. o sr. Governador do Estado, a fim de que seus órgãos competentes elaborem estudos para saber da viabilidade ou não do aumento ao funcionalismo, e seus percentuais também, de acordo com as condições financeiras. Não somos nós quem desejamos haja um desequilíbrio, e estamos perfeitamente de acordo com o nobre Líder do Governo, quando diz que é preferível pagar em dia do que ter aumento e pagar atrasado. Estamos perfeitamente de acordo. Mas, como não temos em mãos nem tampouco S. Exa. o nobre Líder do Governo o tem, condições para saber das possibilidades desse aumento, é que desejamos fazer um apelo a S. Exa. para a aprovação desta sugestão ao sr. Governador do Estado; que naturalmente irá ao sr. Secretário da Fazenda, ao sr. Secretário do Governo, a fim de que estes estudem a viabilidade ou não desse aumento. Se não houver possibilidade, não haverá problema algum. Pelo menos esta Casa, como colaboradora do Governo, deu a sua contribuição, porque pouquíssimas contribuições esta Casa Legislativa hoje pode dar. Pelo menos isto, de sugerir ao sr. Governador do Estado, dentro de suas possibilidades, de averiguar se há condições de melhoria ao funcionalismo que muito contribui para o êxito de seu Governo.

Portanto, faço um apelo ao sr. Líder do Governo e, como sugestão, não irá trazer consequência alguma ao Governo este nosso requerimento, porque o sr. Governador apenas vai ver da possibilidade ou não da concessão desse aumento salarial.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. Olivir Gabardo, para encaminhamento de votação.

O SR. OLIVIR GABARDO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Inicialmente, quero discordar da concessão da palavra para encaminhamento de votação, porque inicialmente V. Exa. estava lendo o requerimento e nós pretendíamos também discutir-lo; V. Exa. concedeu a palavra ao nobre deputado Olavo Ferreira, autor do requerimento, para encaminhamento de votação, sem antes ter colocado em discussão. Por isso, nós pretendíamos discutir-lo, solicitando neste momento que V. Exa. nos conceda a palavra ou para discutir o requerimento, se V. Exa. permitir ou para encaminhamento da votação.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência reconhece a procedência do argumento apresentado pelo ilustre deputado Olivir Gabardo e transfere a discussão e votação para a data de amanhã.

O SR. OLAVO FERREIRA — (Pela ordem). Sr. Presidente, eu afirmo a V. Exa. que cometi um lapso de memória e V. Exa. aceitou meu encaminhamento de votação. Então, pediria que V. Exa. que não tem tem agido à frente deste Legislativo, que confirmasse a decisão anterior. Por um lapso de memória, ao invés de pedirmos encaminhamento, pedimos discussão e V. Exa. concedeu. Assim V. Exa. afirmou que realmente aceitou as ponderações apresentadas.

O SR. OLIVIR GABARDO — (Pela ordem). Sr. Presidente, nós estamos fazendo uso da palavra, para levantarmos, ou melhor, retirarmos nossa questão de ordem, e ao mesmo tempo, então, solicitar a palavra para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Olivir Gabardo, para encaminhamento de votação.

O SR. OLIVIR GABARDO — O ilustre deputado Olavo Ferreira tem razão em apresentar seu requerimento.

O M.D.E. não poderia, realmente, deixar de se manifestar, nesta oportunidade, porque era também o propósito da bancada, tendo em vista já a decisão do Governo Federal de reajustar os vencimentos do funcionalismo público federal; tendo em vista que outros Estados já acompanharam a decisão do Governo Federal, e como a inflação corre, dia a dia, os vencimentos do funcionalismo, faz-se necessária essa correção quase que semestralmente, quando não anualmente.

Daí porque, ficaria muito mal, esta Casa se rejeitasse um requerimento sugestão, como o ora apresentado. Isso colocaria esta Casa muito mal perante a opinião pública, porque nós somos os legítimos representantes do povo, e nós que, estamos com nosso prestígio abalado, ficaríamos ainda em situação pior se rejeitássemos esse requerimento de sugestão ao Poder Executivo.

Razão pela qual o M.D.E. se associa à ARENA votando favoravelmente ao requerimento apresentado pelo ilustre deputado Olavo Ferreira.

Era só sr. Presidente.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento de autoria do sr. deputado Olavo Ferreira. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, sexta-feira, às 10,00 (dez) horas, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto da Lei nº. 148-69;

2. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº. 108-69;

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº. 104-69.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE FINANÇAS

4.ª Sessão Legislativa — 6.ª Legislatura
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, com o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a presidência na forma regimental o senhor deputado Paulo Pöll, e com a presença dos membros abaixo assinados. Constatada a existência de número legal, o senhor Presidente declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente da mesma. Procedido o sorteio verificou-se a unanimidade de votos nos nomes dos senhores Roberto Galvani e Sílvio Barros, respectivamente para Presidente e Vice-Presidentes. Assumindo o cargo para o qual lora eleito, o senhor Deputado Roberto Galvani agradece aos senhores membros a confiança nele depositada e diz que tudo fará para dignificar o elevado cargo. O senhor Presidente, após determinar que as reuniões serão realizadas às quintas-feiras, após a sessão plenária, convida o funcionário Léllo Guimarães Sotio-Maior para secretariar a referida Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerra os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que vai devidamente assinada.

(aa) Roberto Galvani — Ovídio Franzoni — Paulo Pöll — Sílvio Barros
Roberto Wypych
Léllo Guimarães Sotio-Maior — Secretário.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

Ata da 16.ª Sessão Extraordinária

Realizada em 16 de Abril de 1970

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Gabriel Malcol e Leopoldo Jacomet.

As 15,15 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Malcol, Haroldo Bianchi, Olivio Belch, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Quatroz, Abrúcio Maguel, Arnaldo Bustro, Emílio Carazzzi, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Fúad Nadi, Ivo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luis Maunell, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olivir Gabardo, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Pöll, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Senie Sealf, Sílvio Barros, Túlio Vargas e Wilson Fortes (37).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede a leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão Única — da Proposição n. 4-70, Veto ao Projeto de Lei n. 119-69, de autoria do dep. Amadeu Puppi, que autoriza a publicação anual de volume impresso, da coleção de Leis e Decretos Estaduais. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão.

O SR. NELSON BUFFARA — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito de V. Exa. que a matéria constante da Ordem do Dia de hoje, seja votada englobadamente.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara. — Aprovado. Consequentemente em discussão as seguintes Proposições:

Discussão Única — da Proposição n. 314-69, Veto após ao Projeto de Lei n. 413-69, de autoria do dep. Roberto Wypych, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Marechal Cândido Rondon, uma Escola Técnica Agrícola, de 1.º e 2.º Ciclos, para funcionar no ano letivo de 1.970, e das outras providências. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão.

Discussão Única — da Proposição n. 315-69, Veto após ao Projeto de Lei n. 533-67, de autoria do dep. Roberto Galvani, que autoriza o Poder Executivo, criar no Município de Arapoti, uma Escola Normal Secundária. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE — Em votação as Proposições ns.: 4-70, 314-69 e 315-69. O sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos srs. Deputados para votação secreta.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Votaram 37 srs. Deputados. Convido os srs. deputados Emílio Carazzzi, Roberto Wypych e Sílvio Barros para comporem a comissão escrutinadora.

(A Comissão designada procede o escrutínio)

O SR. PRESIDENTE — O resultado da votação foi o seguinte:

4 srs. Deputados votaram "sim";

28 srs. Deputados votaram "não";

5 votos em branco. — Mantidos os vetos, rejeitados os projetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 20, quinze minutos após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão Única — das Proposições ns.: 5-70, 316-69 e 317-69.

Levanta-se a sessão.